

Apresentação

Ângelo Ricardo de Souza

O Jornal de Políticas Educacionais completa com esta edição três anos de circulação com vistas a uma boa avaliação inicial no sistema *WebQualis* da CAPES, consonante com os esforços que vimos desenvolvendo para a ampliação da circulação da produção científica no campo das políticas educacionais.

Ampliamos a indexação neste terceiro ano, com a incorporação da referência do nosso Jornal no *Sumários de Revistas Brasileiras (Sumarios.org)* da Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão Preto (FUNPEC-RP), possibilitando maior acesso nos mecanismos de busca na internet.

Esta, por sinal, é mais uma das nossas tarefas para o quarto ano do JPE, e das mais importantes: colocar o nosso periódico nas listas de revistas científicas de todo o país e do exterior, de maneira a potencializar o alcance dos leitores aos textos que temos publicado.

Neste número, o leitor encontrará novamente artigos atuais que relatam e/ou sintetizam pesquisas recém concluídas no nosso campo de investigação. O primeiro delas é de autoria de Cristina Cardoso, mestre em educação pela UFPR, que no texto “Projetos nas escolas: uma política de secundarização da especificidade do trabalho escolar” analisou os impactos derivados da adoção de uma política pedagógica centrada em *projetos*. Tomando o caso das escolas municipais do município de Araucária-PR, na região metropolitana de Curitiba, a autora demonstra que a adoção de tal política focalizada em ações pontuais permite a abertura de espaços para a imersão de empresas e organizações não-governamentais no cotidiano e na gestão da escola pública.

Temos, então, um conjunto de três artigos que tomam, por algum viés, a questão da avaliação em larga escala no Brasil. Na realidade, são dois os artigos que efetivamente discutem as políticas de avaliação e um trabalho que toma

os dados do sistema de avaliação para analisar a condição docente.

O trabalho de Daianny Madalena Costa, doutoranda em educação na Unisinos-RS, denominado “Avaliação educacional em larga escala: a opção pela democracia participativa”, busca desenvolver a temática da avaliação educacional, considerando os conceitos de regulação e de emancipação, de maneira a vislumbrar a discussão sobre a democracia participativa. O argumento da autora é que as políticas educacionais devem primar pela democracia participativa, de maneira a construir um Estado compromissado com a educação de qualidade. A autora ainda acrescenta que a falta de participação tem sido responsável pela ampliação de uma concepção predominantemente técnica de políticas implementadas nas escolas, pautadas por mecanismos próprios de mercado, um *quase-mercado*. Nesta medida, e finalmente, o trabalho sugere que é necessária a ampliação da participação da sociedade com vistas a diminuir o poder do mercado e ampliar o compromisso público para com a educação.

Na sequência temos o artigo “Avaliação de sistema e políticas educacionais: uma análise dos resultados do SAEB do Paraná”, de Ednéia Consolin Poli, professora da Universidade Estadual de Londrina. Neste trabalho, a autora apresenta um estudo sobre os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, entre 1995 e 2005 no Estado do Paraná. O texto toma as características sócio-econômicas do estado e as discute cotejadamente às condições de oferta e qualidade do ensino público na região. A autora apresenta e sustenta a conexão entre avaliação e regulação, demonstrando as formas pelas quais as políticas de avaliação são instrumentos de controle e responsabilização pelo Estado. Tal movimento é finalizado com a proposição de questões acerca do próprio sistema avaliativo e de reflexão sobre a direção das políticas educacionais.

O terceiro artigo deste bloco, e quarto trabalho desta edição do Jornal de Políticas Educacionais, é de autoria da mestre em educação pela UFPR, Simoni Vilant de Bias, denominado “O professor e qualidade de ensino: uma análise a partir dos resultados do SAEB na escola pública do Paraná”. Neste artigo, a autora parte da constatação de que *“há necessidade de educação de qualidade para todos, como condição de formação humana, e que esta se dá por meio da transmissão dos conhecimentos e dos elementos culturais considerados básicos para a vida social.”* Neste trabalho, a autora buscou identificar fatores relacionados à condição docente que podem apresentar impactos em relação àquela necessidade e, para tanto, tomou as condições de formação e de trabalho dos professores de 8.^a série da escola pública do estado do Paraná cotejando-as com a proficiência estudantil encontrada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2003. O foco, portanto, do trabalho está na busca de reconhecer o quão importante tal condição é/pode ser na construção da qualidade de ensino. A autora conclui mostrando que as políticas educacionais, se desejam trilhar o caminho da ampliação da qualidade, devem estabelecer prioridades na formação docente e nas condições de trabalho docente.

O artigo “Partidos e políticas públicas: o atendimento à infância em situação de risco em Ribeirão Preto-SP (1993-2000)”, de autoria de Gislayne Cristina Figueiredo Vasquez & José Marcelino de Rezende Pinto, da USP, campus Ribeirão Preto, é apresentado na sequência. Este trabalho discute a forma como se relacionam o ideário dos partidos políticos que conduzem e administram as cidades com as políticas na área social. O caso estudado pelos autores é o município de Ribeirão Preto-SP, no qual se avalia os impactos derivados do câmbio na condução da administração pública, tomando como objeto imediato o atendimento à infância em situação de risco. Os autores comparam os programas de governo do PT (1992) e do PSDB (1996) na condução das políticas sociais na cidade e concluem que aquele partido demonstrou enfatizar as políticas sociais com responsabilização direta

da administração municipal, enquanto este outro partido dedicou-se mais às questões afetas ao desenvolvimento econômico e, ainda que não tenha reduzido o orçamento para as políticas para a infância, optou por uma política de transferência para organizações não-governamentais.

Por fim, o último artigo deste número do Jornal de Políticas Educacionais é de autoria de Maria Aparecida dos Santos Ferreira, mestrandia em educação na UFRN, e se intitula “A valorização do magistério: o piso salarial profissional nacional”. Neste estudo, a autora analisa a disputa política travada entre o governo federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) para a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN), no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O trabalho mostra que a aprovação do piso por meio da lei nº 11.738/08 potencializa uma valorização salarial dos profissionais docentes em todo o país, mas vai além, pois contempla outros dois elementos para além do salário: formação e jornada de trabalho. Com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada por um grupo de governos estaduais, houve alterações pelo Supremo Tribunal Federal, destacadamente a modificação do conceito de Piso e a alteração da jornada referente à hora atividade que passou a ficar a critério dos Municípios, Estados e Distrito Federal, limitando a possibilidade de implantação de uma política de valorização e de construção de uma identidade nacional para os professores da educação básica.

Este, então, é o número que preparamos para os leitores do campo, em um momento muito importante para a educação brasileira: de preparação para a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010), no qual todo debate e reflexão, e aqui incluídas portanto as discussões derivadas destes artigos, pode contribuir para o amadurecimento de ideias em favor da educação pública de qualidade.

Dezembro de 2009.